

Elas na política: barreiras de acesso à informação vivenciadas por mulheres parlamentares

Beatriz de Oliveira Benedito
Luana Maia Woida

Como citar: BENEDITO, Beatriz de Oliveira; WOIDA, Luana Maia. Elas na política: barreiras de acesso à informação vivenciadas por mulheres parlamentares. *In*: VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; CALDAS, Rosangela Formentini (org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2026. p. 157-180. DOI: <https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-676-3.p.157-180>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Elas na política: barreiras de acesso à informação vivenciadas por mulheres parlamentares¹

Beatriz de Oliveira Benedito

Luana Maia Woida

1 INTRODUÇÃO

Por razões de construções sociais e culturais, as mulheres foram condicionadas à subjugação do domínio patriarcal, às opressões e múltiplas formas de violências, excluídas das decisões públicas, bem como dos cargos representativos. Apesar disso, elas trilharam vários percursos em busca de melhores condições de sobrevivência, conquistaram direitos, romperam com obstáculos legais e culturais e modificaram o contexto da vida cotidiana, acessando espaços inimagináveis, antes proibidos à elas.

A equidade de gênero tornou-se uma dimensão específica de grande relevo para as sociedades, tal como configura-se como um indicador de "[...] quão democrático é um sistema político" (Matos, 2020, p. 109), no entanto perduram ainda inúmeros cenários de desigualdades que por intermédio de barreiras retardam e muito a trajetória profissional de mu-

¹ A presente pesquisa é um recorte da dissertação de mestrado. A pesquisa foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

lheres, tratando de impedir e garantir o acesso desigual delas nos espaços de poder.

A ausência de mulheres na política é um traço persistente em diversos países, para não dizer em quase todos, os dados do Inter-Parliamentary Union — IPU-Parline (c2025) mostram que: Ruanda (63,8%), Cuba (55,7%), Nicaragua (55%) e México (50,2%) são os países que apresentam as maiores porcentagens de mulheres no parlamento. No Brasil, a sub-representação de mulheres na política é eloquente e, o desempenho do país é o pior nas Américas. Globalmente a média de representação política de mulheres é de 27,2% e das Américas é de 35,4% (a maior porcentagem de representação parlamentar de mulheres no mundo) e, o Brasil encontra-se na 133ª posição do ranking do IPU-Parline: somente 18,1% de mulheres ocupam assentos na Câmara dos Deputados e, 19,8% do Senado é composto por mulheres (IPU-Parline, c2025). Além disso, dentre as 39 pessoas que ocuparam a presidência, apenas uma mulher assumiu a posição de líder do país, sendo ela a representante política mulher que mais sofreu com a violência política feminina (VPCM) tanto por parte da estigmatização dos meios de comunicação em massa, quanto da população brasileira.

De acordo com Biroli (2018) e Miguel (2014), a baixa participação de mulheres nos cargos eletivos pode ser explicada por fatores ideológicos: a naturalização baseada em estereótipos de gênero sobre o que é imposto socialmente como habilidade e competência de mulheres e homens, tal como fatores de recursos: a expropriação de tempo e energia das mulheres e seu acesso desigual à remuneração. Araújo (2016) e Sacchet (2020) acrescentam que esse cenário desigual é também fundamentado nos fatores institucionais: o uso da lista aberta no sistema eleitoral de votação é caracterizado como uma variável desfavorável para os países que adotam as cotas de gênero e, a distribuição desigual dos recursos financeiros de campanhas entre homens e mulheres.

Assim sendo, o mote desta pesquisa está na ideia de desigualdade e de barreiras, por isso detém-se a olhar os obstáculos vivenciados por mulheres na política, buscando responder às seguintes questões norteadoras: quais são as situações diretas, desrespeitosas e violentas que as representantes eleitas para um cargo público enfrentam por estarem em uma posição

de poder? E de que forma esse contexto se transforma em obstáculos de acesso e de participação das mulheres políticas no fluxo de informação e de comunicação?

Deste modo, o objetivo geral consiste em analisar as situações de violência vivenciadas por mulheres no espaço político, de modo a identificar as barreiras de acesso e de participação no fluxo de informação.

Considera-se que a relevância da discussão proposta se deposita sobre o fato de o sistema político ser um espaço de poder composto por uma minoria política muito fechada e super-representada por segmentos sociais específicos, geralmente são homens brancos, heterossexuais, de meia idade e classe média alta. Desta forma, compreende-se que as pessoas que não se enquadram a este padrão social privilegiado, sobretudo mulheres, minorias étnicas e sexuais, trabalhadores etc., são barradas de todas as formas possíveis, uma vez que é necessário proteger os limites e os privilégios desse poder a um único grupo.

A relevância está na hierarquização e assimetrias de acesso ao espaço e à informação. Quando se observa o acesso das mulheres na política, embora seja desigual, nota-se que elas estão adentrando um território "[...] hierarquizado, que produz assimetrias e exclusões" (Miguel, 2010, p. 45), é o espaço do outro determinado socialmente, portanto, a entrada de mulheres nesse espaço se trata de uma quase invasão de território. Nesse sentido, tanto a candidatura no processo político-eleitoral quanto sua atuação como parlamentar são marcadas por dificuldades e efeitos muito específicos, já que na maior parte da história verifica-se uma preservação simbólica da política abaixo do domínio masculino. Ou seja, há mecanismos impeditivos mais enfáticos para elas, do que os parlamentares homens, até mesmo quando as mulheres se tornam representantes políticas.

2 MULHERES NA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as mulheres trilharam diversos percursos em busca de melhores condições de sobrevivência na sociedade. Elas reivin-

dicaram direitos, se rebelaram contra sua condição (confinadas aos limites dos arranjos domésticos e familiares), lutaram por liberdade e, romperam com impedimentos legais e culturais, desafiando os princípios impostos pela sociedade em geral. De alguma forma, todas essas mobilizações modificaram as feições da vida cotidiana, tratando de garantir o acesso das mulheres à direitos e espaços antes proibidos à elas.

Ainda assim, contextos de desigualdades permanecem como marcas profundas. O escancaramento da falta de mulheres na política continua sendo uma realidade muito presente em diversos países. Em 31 eleições presidenciais realizadas pelo mundo em 2024, somente cinco mulheres foram eleitas como chefes de Estado: Islândia, Moldávia, México, Namíbia e Macedônia do Norte. No âmbito legislativo, a representação política de mulheres permaneceu estagnada em 2024, com 27% dos assentos ocupados por esse grupo (Apenas [...], 2024). De acordo com o *World Economic Forum* - WEF (Thesing, 2023) Entre os 7 países economicamente avançados (o G7) apenas a França apresenta um contexto favorável, com 37,3% de mulheres ocupando os assentos parlamentares.

A baixa participação de mulheres na política leva a entender que há uma imposição desvantajosa das instâncias políticas, que (re)produzem condições "mais enfáticas" e "alternativas sempre mais onerosas" para a mulher, do que para o homem (Miguel, 2010, p. 45). Desta forma, pode-se dizer que há determinados entraves em vigor que afetam o acesso do público feminino ao jogo político, deixando-as sub-representadas neste espaço de decisões públicas e, ao mesmo tempo, que mantêm, efetivamente, a presença dominante do sexo masculino nesse universo de poder.

Sobre isso, Biroli (2018) e Miguel (2014) compreendem que o acesso desigual das mulheres na política está associado aos fatores ideológicos/simbólicos e materiais/de recursos. Os fatores que se pode entender como ideológicos dizem respeito às construções sociais sobre o que é dito como feminino ou masculino. Desde os primeiros passos das crianças, quase sempre, as pessoas ensinam ou educam meninas e meninos de formas distintas, diferenciando-os entre si, tanto no que se refere aos tipos de comportamentos, quanto ao que a sociedade espera de cada grupo.

Esses modos diferenciados de tratamentos entre os gêneros, reforçam padrões estereotipados e sexistas, trazendo à tona a naturalização de comportamentos, atitudes e habilidades vistas como típicas ou apropriadas para homens e mulheres, circunscrevendo também o que é âmbito feminino ou masculino. Nesse viés, ao considerar o estereótipo social do significado de ser mulher ou homem, verifica-se que a entrada de mulheres na política é afetada pelos "[...] padrões diferenciados de tratamento entre os gêneros e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar" (Miguel, 2014, p. 94), uma vez que o espaço privado e suas atividades prevaletentes foram associados a elas desde os primeiros passos, quiçá antes de nascer.

Os fatores de recursos, por sua vez, são oriundos da divisão sexual do trabalho e suas principais implicações: o acesso desigual das mulheres a tempo livre e renda. A divisão sexual do trabalho determina a representação da família e os cuidados não remunerados, enquanto tarefas da esfera privada socialmente construída para a mulher, assim como, reforça a exploração do trabalho, a expropriação de tempo e energia das mulheres. Por outro lado, as dimensões da esfera pública e do trabalho produtivo continuam evidenciando sua caracterização como de domínio masculino, bem como atividade mais importante (Pinheiro, 2007; Biroli, 2018).

Desta forma, entende-se que para homens, o acesso ao âmbito político é facilitado, pois as cargas das atividades domésticas se concentram nas mulheres. Portanto, eles detêm mais tempo livre para se dedicarem às candidaturas, carreira política e atuação legislativa. Por outro lado, a situação da mulher é sobrecarregada pela sua posição na relação familiar. Dito isso, a mulher tem menor disponibilidade de tempo, já que precisa conciliar as atividades domésticas e de cuidados, com a candidatura, a carreira e atuação política (Biroli, 2018; Sanchez, 2017).

Para além desse contexto, há consideráveis desigualdades no acesso à renda, uma vez que a concentração da mulher nas atividades do lar, como os trabalhos de cuidados (cuidar dos filhos e de outros adultos da casa), tende a caminhar pela subalternidade social, isto é, "[...] tende a ser reduzido — e amiúde subvalorizado" (Silva; Jorge; Queiroz, 2012, p. 2). Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho do homem é valorizado (tem

mais valor agregado e prestígio do que o trabalho da mulher), a esfera doméstica é ausente de políticas públicas, bem como periférica e marginal, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Ou seja, compreende-se que o acesso desigual à renda se caracteriza como um obstáculo no acesso das mulheres na política, pois as mulheres se concentram em setores que oferecem menores rendimentos, enquanto os homens monopolizam os segmentos que oferecem maiores remunerações. Sabe-se, que os recursos econômicos são importantes para financiar as campanhas eleitorais, garantindo ao candidato maior visibilidade (Democracia [...], 2021).

Ademais, o acesso das mulheres na política é afetado também pelos fatores institucionais, constituídos pelo tipo de lista eleitoral para votação de candidatos e o financiamento desigual das campanhas entre homens e mulheres.

Sobre o primeiro obstáculo institucional, o tipo de lista eleitoral ao ser associado à aplicação de políticas de cotas de gênero, pode se tornar uma variável preponderante no aumento de mulheres na política. A aplicação de uma lei deste tipo no processo político-eleitoral, tem como objetivo romper com as desigualdades de gênero no âmbito legislativo, bem como assegurar os direitos políticos das mulheres (Martelotte, 2016). Dito isso, Araújo (2016) evidencia que as cotas têm maior eficácia nos modelos de lista fechada, os eleitores votam em um partido e, cada organização partidária exerce o papel de mediador desses votos, determinando a ordem dos/as candidatos/as em que o voto será distribuído.

No entanto, a autora destaca três requisitos centrais para garantir a eficácia da política de cotas em sistemas de lista fechada: legislações inteligíveis que possam evitar que os partidos políticos realizem interpretações diversas previstas na lei sobre suas obrigações no cumprimento dos percentuais mínimos; "[...] definição de alternâncias na ordem de apresentação dos nomes nos sistemas de lista fechada", organizando para que os "[...] nomes das mulheres não fiquem entre aqueles de quem não se espera sucesso eleitoral, e legislações punitivas nos casos de não cumprimento de alguns dos requisitos anteriores" (Araújo, 2016, p. 40).

Por outro lado, o sistema eleitoral de representação proporcional com lista aberta é problemático para países que utilizam as cotas de gênero como estratégia eleitoral para aumentar o número de mulheres no espaço legislativo. Nicolau (2006, p. 692) explica que o modelo de votação utilizado no Brasil é a lista aberta, aqui os eleitores votam no candidato ou em uma legenda (partido) e, segundo o autor "[...] o voto de legenda é contado apenas para distribuir as cadeiras entre os partidos, mas não tem nenhum efeito na distribuição das cadeiras entre os candidatos". Para Araújo (2016, p. 42) "a lista aberta pode garantir a cota mínima de candidaturas, mas não assegura relações de causa e efeito entre maior número de candidatas e maior número de eleitas".

Desse modo, Sacchet (2020) assinala que há um processo de individualização no processo político-eleitoral, ou seja, a competição pelos cargos eletivos é centralizada no candidato/candidata e, suas oportunidades eleitorais dependem do apoio político dos partidos, bem como distribuição dos recursos financeiros. Aqui entra o último obstáculo institucional: a distribuição desigual dos recursos financeiros, sendo que os recursos econômicos são importantes para financiar as campanhas eleitorais.

Pinheiro (2007, p. 42) afirma que "[...] se mulheres "políticas" estão em uma situação de menor status no campo político, é porque detêm menor acúmulo do tipo de capital que ali mais interessa", o recurso econômico. Isso se estende para os grupos de minorias sociais, que são afetados, invariavelmente, pela hierarquização de classe e raça. Geralmente, para atingir maiores níveis de renda, a mulher (casada e com filhos) precisa deixar seu(s) filho(s) em creches ou recorrer a outros tipos de redes de suporte (Biroli, 2018). Apesar disso, as organizações partidárias tendem a destinar maiores quantias de recursos financeiros para segmentos sociais super-representados na política: homens brancos, heterossexuais e de classe média e alta (Democracia [...], 2021).

3 NOTAS SOBRE BARREIRAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

É indiscutível a alegação de que a informação é um elemento essencial no cotidiano da espécie humana, bem como há um entendimento de que ela é considerada um item básico para a realização de qualquer atividade, simples ou complexa. Indo além, compreende-se que a informação é um elemento propulsor, obviamente um diferencial, que tem presença dominante em múltiplos espaços e, portanto, o valor que ela detém é potencialmente relevante para a sociedade contemporânea.

Por entender que a informação é um insumo estratégico presente em todos os processos organizacionais, Yafushi (2015) explica que a disponibilização da informação pelos diferentes níveis hierárquicos é essencial. Da mesma forma que, saber interpretar as informações, de modo a permitir a atribuição de significados é também primordial para a sobrevivência das organizações no mercado contemporâneo e suas imposições mercadológicas.

Mas, ainda assim, há, uma dificuldade: as informações têm rápida circulação, em excesso e algumas vezes são imprecisas ou erradas. O desafio neste caso é justamente mensurar quais informações são mais apropriadas para as atividades organizacionais.

Nessa perspectiva, para o provimento da informação dentro da organização Valentim (2010) estabelece um diálogo com os fluxos de informação, pois as formas de acesso e manejo da informação nesse contexto, se destacam como condições fundamentais em todos os níveis organizacionais e, portanto, a informação filtrada precisa fluir, ser de fácil acesso e, eliminando quaisquer tipos de barreiras que impedem as pessoas de acessá-la. Nesse sentido, Inomata e Varvakis (2016), compreendem que o fluxo de informação corresponde ao ciclo que a informação percorre de ponto a ponto pelos canais de comunicação. Nesse processo de como as informações são transmitidas, envolvem-se pessoas, tecnologias e, especificamente, o modelo de negócio da organização (atividades desenvolvidas, arquitetura informacional etc.).

Quanto aos tipos de fluxos de informação, Valentim (2010) destaca dois: estruturado (formal) e não-estruturado (informal). Os fluxos formais referem-se aos resultados inerentes aos afazeres e tomada de decisão do âmbito organizacional. Há, aqui, maior visibilidade, uma vez que esse fluxo é o reflexo natural das próprias ações desenvolvidas pela organização. Já os fluxos informais, se configuram pelas relações entre sujeitos, o que envolve, todo seu contexto sociocultural, suas pluralidades, bem como a "[...] carga de subjetividade, efemeridade e imaterialidade que envolve a informação nesse contexto" (Barboza; Almeida Júnior, 2017, p. 59). Desse modo, os fluxos informais não são estruturados, pois advêm das experiências, aprendizados e conhecimentos adquiridos e gerados pelos indivíduos que atuam no cotidiano das organizações.

Observa-se, nessa discussão, a necessidade de gerenciar, mapear e tratar adequadamente (Santarém; Vitoriano, 2016) a lógica de funcionamento dos fluxos de informação, fazendo-se compreender os caminhos que a informação percorre ao longo de sua transmissão, uma vez que segundo Nascimento, Moro-Cabero e Valentim (2015, p. 4) "[...] é possível compreender de que maneira os processos e atividades organizacionais se alimentam de informações, ou seja, efetivamente se conhece como a informação pode gerar diferenciais competitivos para subsidiar a tomada de decisão", de modo eficaz, preciso e inteligente.

Assim sendo, compreende-se que os fluxos de informação são princípios essenciais para qualquer tipo de organização (social, política, empresarial etc.), porém destaca-se que a dinâmica da circulação da informação está suscetível a algumas barreiras, compreendidas como obstáculos para a obtenção e transmissão da informação (Inomata; Varvakis, 2016).

Nesse pensar, entende-se que a cultura organizacional representa a força que orienta a dinâmica de circulação de dados e informação, com o intuito de proporcionar cenários positivos para a construção de conhecimento (Valentim, 2010). A necessidade de construir e/ou proporcionar um ambiente favorável para a socialização do indivíduo torna-se cada vez mais fundamental para o fortalecimento das relações existentes entre os colaboradores e, ao mesmo tempo, no processo de comunicação da informação, podendo evitar a presença de barreiras de acesso à informação. Segundo

Inomata e Varvakis (2016, p. 132) "[...] é no processo de comunicação da informação, especificamente, na transmissão de uma mensagem, que formam barreiras ou ruídos que se alocam entre emissores e receptores em forma de problemas para o uso eficiente dos recursos da informação".

Desta forma, a má comunicação e a exclusão política de grupos se caracterizam como barreiras de acesso à informação, uma vez que interferem direta ou indiretamente na transmissão de uma mensagem ou informação. Para Starec (2006), a má comunicação se associa tanto à falta de diálogo, quanto à imprecisão de uma informação, ou seja, quando a mensagem interna não é precisa, objetiva, concreta, falta credibilidade naquilo que está sendo transmitido, o que impossibilita a verdadeira apropriação da informação e, conseqüentemente, a construção de conhecimento.

A exclusão política de grupos se consolida na dificuldade de acesso e participação aos espaços formais e informais da organização que determinado grupo enfrenta, em especial as minorias sociais e mulheres, justamente pessoas que buscam desafiar as estruturas hierárquicas do preconceito, discriminação e exclusão. Como consequência, têm-se o impedimento da ascensão profissional e a inacessibilidade da informação, tal como ressaltam Jamon (2014) e Woida e Oliveira (2018).

Outros exemplos de barreiras são: a deslegitimação de ideias ou propostas de determinados grupos; a falta de confiabilidade entre os colaboradores. A primeira é uma forma de reprimir a circulação ou o compartilhamento da informação, restringindo a participação do sujeito no processo de comunicação; qualquer ideia ou proposta advinda de grupos específicos é ignorada, a menos que seja algo de extremo interesse para a organização (Jamon, 2014).

Quanto à falta de confiabilidade entre os colaboradores, destaca-se a ausência de condições que facilitem as interlocuções de socialização e compartilhamento de vivências e experiências, uma das maneiras de fortalecer o relacionamento humano e proporcionar laços de confiança na organização. A partir do momento em que não há confiabilidade entre os colegas de trabalho, inclusive entre o líder do setor ou diretor da organização, "[...] não existe confiança necessária sobre a informação e sobre as pessoas para efetivar o fluxo de informação informal" (Woida, 2010, p. 96).

Uma outra forma de observar as barreiras de acesso à informação é a partir da perspectiva social. Paes (2016) traz à tona o reflexo da falta de acesso à informação na vida de mulheres. A autora compreende que a informação é um direito humano e um dos principais indicadores de boa governança, sendo responsabilidade dos órgãos ou agentes do Estado tornar as informações produzidas pelas organizações governamentais disponíveis em um formato aberto e acessível democraticamente, contendo uma linguagem precisa, objetiva e compreensiva pelas partes interessadas.

Contudo, cumpre ressaltar que nem todos possuem as mesmas condições ou oportunidades de acesso. Ou seja, o direito à informação não é plenamente exercido por todos os cidadãos, uma vez que segundo a autora os grupos sociais mais vulneráveis, com destaque as mulheres "[...] são afetadas pela falta de informação de forma desproporcional". Além disso, muitos desconhecem ou "[...] sequer sabem que podem buscar e demandar informações de interesses públicos, e onde essas informações estariam disponíveis" (Paes, 2016, p. 7), reduzindo o acesso delas à saúde, educação e trabalho; consequentemente, crescem os índices de desigualdades desse grupo populacional no país.

Toma-se como exemplo, o cenário vivenciado pelas mulheres de baixa renda e vítimas de violência sexual, que engravidam em decorrência de um estupro. A Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada no Teerã, em 1968, determina que é direito das pessoas receber educação e informação sobre seus direitos reprodutivos e sexuais. Contudo, no Brasil, considera-se que o aborto é um procedimento legal somente em três quadros: "[...] quando a gravidez é decorrente de estupro, quando há risco de morte para a mãe ou se o feto é anencéfalo" (Paes, 2016, p. 16-17).

O problema associado a esse contexto é que muitas mulheres de baixa renda, sequer sabem que podem solicitar, acessar ou obter a informação pública; nem ao mesmo sabem que a informação é um direito, que pode ser demandada, nem "onde essas informações estariam disponíveis". Ademais, soma-se também a essa discussão o fato de que "[...] muitas mulheres que engravidaram após terem sido vítimas de violência sexual não conseguem ser atendidas em hospitais destinados a realizar aborto legal, pois não existe uma lista pública dos hospitais que realizam o procedimen-

to"; inclusive muitos profissionais ou servidores do atendimento da saúde "não conhecem a legislação que permite que o procedimento seja realizado" (Paes, 2016, p. 16) afetando, assim, a saúde da mulher.

Santos *et al.* (2021), por outro lado, discutem sobre as barreiras de acesso à informação a partir da falta de acessibilidade, um problema enfrentado pelas pessoas surdas (minorias linguísticas). Diferentemente dos ouvintes, os surdos buscam com menor proporção e frequência os serviços de saúde, uma vez que encontram barreiras comunicacionais nos atendimentos do sistema (e em outros). Afinal, pouquíssimos profissionais possuem conhecimentos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Dessa forma, um dos principais motivos para esse contexto é o "medo por não serem compreendidos" (Santos *et al.*, 2021, p. 3).

Sendo assim, a barreira de acesso à informação está na disponibilização da informação em língua portuguesa, difícil de ser compreendida pelos surdos sem o auxílio de um intérprete. O obstáculo torna-se maior, na medida em que "existem poucas informações visuais" (Silva *et al.*, 2017), resultando na compreensão fragmentada ou parcial de determinada informação. Outros tipos de barreiras são: a linguística, que se refere ao desconhecimento de outra língua, o que impossibilita o indivíduo compreender uma informação específica (Jesus, 2015); e o analfabetismo, um dos eixos de exclusão do país, que também dificulta o acesso e a apropriação da informação (The Center Carter; Irish Aid, 2015).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é essencialmente de natureza qualitativa, pois detém-se a olhar um fenômeno social que envolve pessoas e problemas a serem compreendidos, de modo a extrair os significados das ações, sentidos etc. (Minayo, Deslandes, Gomes, 2009).

Desse modo, sua característica é do tipo descritiva, por descrever e caracterizar as informações do objeto de estudo, no intuito de construir inferências inerentes às situações de violências vivenciadas por mulheres

ao longo de sua atuação como parlamentar. Além disso, verifica-se ainda que a pesquisa é também do tipo exploratória, por oportunizar o desbravamento de uma discussão que é pouco abordada no campo da Ciência da Informação (CI) (Gil, 2002) e, isso diz respeito tanto para a participação de mulheres nos cargos eletivos, quanto a presença de obstáculos respaldados em atos misóginos que afetam o acesso dessas parlamentares à informação e sua participação nos fluxos de informação.

Para a coleta de dados foram utilizadas notícias, encontradas após a realização de uma busca assistemática no google, cuja busca adotou as seguintes palavras-chave: mulheres na política, violência política de gênero e silenciamento da voz feminina. Os procedimentos de seleção, pautaram-se nos seguintes critérios: a menção/descrição do fato ocorrido, quais pessoas envolvidas e o porquê esse fato aconteceu. Nesse sentido, cinco notícias foram localizadas nos sites: Metropoles (Lorran, 2021; Rodrigues, 2022), O Globo (Marzullo; Noia, 2023), Claudia (Mulheres [...], 2021) e CNN Brasil (2025). As matérias de García Martínez (2016), El País (Juana [...], 2024) sobre a política Juana Quispe e de Maldonado (2016) sobre a prefeita de Chenalhó foram incorporadas a partir de uma leitura realizada no livro 'Cuando hacer política te cuesta la vida: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en la América Latina' (2017), no qual apresenta temas e alguns casos pertinentes para a compreensão do objetivo que orienta esta pesquisa. A seguir o Quadro 1 apresenta uma breve descrição das notícias selecionadas:

A seguir o Quadro 1 apresenta uma breve descrição das notícias selecionadas:

Quadro 1 — síntese sobre as notícias obtidas

Qual é o fato?	Onde e quando aconteceu?	Quais são as pessoas envolvidas?	Código de Referência
Microfone de vereadora é arrancado durante sessão.	Câmara Municipal de Pedreiras, em 2021	Katyane Leite (PTB) e Emanuel Nascimento (PL)	Not ₀₁

Ao defender a presença de mais mulheres na política, vereadora teve sua fala interrompida pelo Presidente da Câmara.	Câmara de Aparecida de Goiânia, em 2022	Camila Rosa (PSD) e André Fortaleza (MDB)	Not ₀₂
Mulheres parlamentares são alvos de interrupções, durante as Comissões de Inquéritos Parlamentares (CPIs): do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ataques golpistas de 8 de janeiro	Senado e Câmara dos Deputados, em 2023	Eliziane Gama (PSD) e Sâmia Bonfim (PSOL)	Not ₀₃
A exclusão de parlamentares mulheres na CPI da Covid-19	Senado, em 2021	Integrantes da CPI da COVID-19 e Bancada Feminina do Senado	Not ₀₄
Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima foi alvo de falas desrespeitosas durante sessão no Senado.	Senado, em 2025	Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima); Plínio Valério (Partido da Social Democracia Brasileira do Amazonas - PSDB -AM); Marcos Rogério (Partido Liberal de Rondônia - PL -RO) e Omar Aziz (Partido Social Democrático do Amazonas - PSD- AM).	Not ₀₅
Magistrada foi impedida de acessar informações e documentações inerentes ao exercício de sua função.	Tribunal Superior Eleitoral de San Luis Potosí (SLP), entre 2014 e 2015.	Yolanda Pedroza Reyes; Oskar Kalixto Sánchez e Rigoberto Garza de Lira.	Not ₀₆
Vereadora é assassinada e durante sua liderança política foi alvo de diversos atos de violência	Município de Ancoraimes, em 2012	Juana Quispe; Félix Huanca (ex-prefeito do município de La Paz de Ancoraimes); Pastor Cutile (ex-presidente do Conselho Municipal); Basilia Ramos (ex-secretário de Conselho) e Exalta Arismedi.	Not ₀₇

Prefeita é pressionada a renunciar cargo ao qual foi eleita	Município de Chenalhó, em 2016	Rosa Pérez Pérez; Miguel Sántiz Álvarez e empresários da construção civil.	Not ₀₈
---	--------------------------------	--	-------------------

Fonte: Elaborado pelas Autoras com base nos dados encontrados (2025).

Conforme resultado obtido, é importante salientar e justificar a opção em analisar tais notícias, pois todas descrevem como determinada situação de violência se perpetuou na atuação da mulher política como parlamentar, por serem mulheres, indicando as barreiras informacionais impostas a elas em sua atuação, considerando que sua participação em fluxos de informação.

Mediante isso, o método adotado foi a Análise de Conteúdo (AC), que segundo Bardin (2016) consiste em:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Nas palavras da autora, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de dados que permite o desbravar dos significados contidos em falas, comunicações verbais ou não verbais, documentos, mensagens, imagens etc. Desta forma, busca-se novas formas de compreensão, baseadas na interpretação crítica e produção de inferências. Para tanto, Bardin (2016) sugere alguns passos: seleção e organização do material, acompanhado pela leitura flutuante; organização do material coletado, seguido pela definição de categorias e unidades de recortes, as quais podem ser: temas, frases, palavras ou trechos retirados do material submetido a análise e, por fim a produção de inferências. Para esta pesquisa, adotou-se como unidades de recortes as situações de violência direta ou indireta vivenciadas por mulheres políticas no espaço parlamentar e, as unidades de registros (UR) são os trechos que demonstram ou que caracterizam o ato de violência, os quais foram recortados das notícias supracitadas no Quadro 1.

Finalmente, destaca-se que os dados coletados foram analisados por meio da Análise Categorical, com categorias estabelecidas *a priori*, ou seja, importadas e adaptadas para a presente pesquisa, sendo todas provenientes do Violentómetro desenvolvido pelo *Observatorio de Participación Política de las Mujeres en México* e o Instituto Nacional Electoral – INE (2015). Dito isso, as categorias adaptadas para barreiras de acesso à informação são:

1. Restringir a participação, o uso da palavra para proferir ideias e informações e da voz em sessões ou assembleias;
2. Humilhação em público (ridicularizar, desqualificar e atos desrespeitosos);
3. Exclusão de mulheres políticas de comissões e tomada de decisão e,
4. Impedir/dificultar o desempenho de funções, tal como o acesso a documentos, profissionais ou pessoas que possam conter informações relevantes.

Com base nessas quatro categorias, a seção 5 apresenta a análise de dados e discussão.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

A leitura flutuante das notícias revelou a presença de unidades de recorte referentes às 4 categorias adaptadas. Nesse caso, revelam os diferentes tipos de violência, de barreiras de acesso à informação e de participação nos fluxos de informação. São mecanismos violentos e longe de serem velados. O mais comum nessas notícias é que falas dirigidas à dignidade e violência física, incluindo assassinato, sejam adotadas.

Quadro 2 — Unidades de recorte localizadas

Categoria	Unidades de registro (UR)	Código de referência da notícia
1	"vereadora [...] teve seu microfone cortado durante sessão ordinária [...] ao retrucar fala do presidente da Câmara local e defender a presença de mais mulheres na política [...]. [...] Deu-se início a uma discussão calorosa entre os dois, até que o vereador determinou que fosse cortado o microfone dela: "corta o microfone dessa vereadora para mim. Agora"".	Not ₀₂
	"[...] parlamentares mulheres que integram o colegiado foram interrompidas, média, quatro vezes por sessão [...]. Duas reuniões foram realizadas Comissão que investiga os ataques golpistas, nas quais a relatora Eliziane Gama somou oito interrupções [...]. [...] Samia Bomfim (PSOL) teve a fala interceptada 14 vezes e o microfone cortado pela mesa diretora em três ocasiões [...]"	Not ₀₃
	"[...] mais cedo, Marina havia entrado em conflito com o presidente da comissão. Ao responder falas do também senador Omar Aziz (PSD-AM), a ministra teve o microfone silenciado por Marcos Rogério, que afirmou: <i>"essa é a educação da ministra Marina Silva. Ela aponta o dedo e..."</i>, disse o senador".	Not ₀₅
2	"[...] Emanuel acusou a vereadora de não ter votado a favor do PL, enquanto Katyane disse ter apenas pedido vistas sobre o projeto e exigiu respeito por parte do colega [...]. <i>"A vereadora está falando de respeito. Ora, ora. Olha quem fala de respeito. Você não tem respeito com ninguém 'só', muito menos comigo. Ora, rapaz, me compra um bode", disparou Emanuel, com a máscara no queixo</i>" [...] Katyane voltou a ligar o microfone para rebater as acusações, mas Emanuel se levantou da mesa e retirou o equipamento da coleta"	Not ₀₁
	"[...] O embate com Valério, no entanto, começou assim que o senador passou a fazer uso da palavra: <i>"Ministra, que bom reencontrá-la. E ao olhar para a senhora, eu estou vendo uma ministra. Eu não estou falando com a mulher. Eu estou falando com a ministra"</i>, iniciou o parlamentar. Ainda com o microfone desligado, Marina rebateu: <i>"Eu sou as duas coisas. O senhor está falando com as duas coisas."</i> Foi então que Valério declarou: "Porque a mulher merece respeito, a ministra, não".	Not ₀₅

3	"No dia 27 de abril, as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Covid-19 foram iniciadas [...]. Os partidos não indicaram nenhuma senadora para as 18 vagas — de titulares e suplentes — na CPI. A bancada feminina conseguiu, por meio de um acordo na comissão, que uma representante do grupo possa fazer perguntas aos convidados e convocados para a investigação. No entanto, as senadoras não poderão apresentar nenhum requerimento nem votar, ações permitidas somente para integrantes da CPI. "A bancada feminina se faz presente sim nesta comissão mesmo sem direito a assento", finalizou a parlamentar".	Not ₀₄
4	"[] A decir de la magistrada, sus dos compañeros la violentaron y el año pasado le impidieron ser presidenta del órgano jurisdiccional. En su denuncia, Yolanda Pedroza denunció la falta o retraso de convocatoria a sesiones, el ocultamiento de información, supuestos bonos por productividad a sus compañeros que ella no recibe, y la revisión de su computadora sin su consentimiento, entre otros actos []" "[...] en el camino tuvo que atravesar una serie de trabas y hostigamiento de Huanca y sus excolegas —todos del Movimiento Al Socialismo (MAS) — que la impidieron ejercer su cargo. La concejala de 42 años había denunciado que era presionada para renunciar, práctica que en Bolivia se conoce como "compromiso forzoso de la gestión compartida". Seis meses antes de ser asesinada, Quispe advirtió que recibió amenazas de muerte. "No me he rendido, tomé fuerzas y dije no voy a hacerlo, si es posible mátenme, estoy dispuesta a morir", manifestó la concejala.	Not ₀₆
	"[] Rosa Pérez pidió licencia indefinida al cargo después de que el presidente de la mesa directiva del Congreso local, Eduardo Ramírez Aguilar, y el diputado del Partido Verde, Carlos Penagos, fueron secuestrados por pobladores de Chenalhó el 25 de mayo para forzar su licencia [...]. Cuando la alcaldesa le dijo que no entregaría el recurso, entonces el síndico encabezó un movimiento y con "engaños", llamó a pobladores y caciques del PRI quienes ahora exigen su renuncia"	Not ₀₇

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tomando esse quadro em análise, pode-se afirmar que os casos categorizados revelam que o espaço da política é composto por uma série de condições marcadas por violência, as quais além de serem notórias, tratam de subordinar e ridicularizar a mulher política através de atitudes desres-

peitosas, falas estigmatizadas e comportamentos misóginos bastantes violentos. O que acontece é que todos os casos supracitados possuem um violador comum: os homens políticos e, para Matos (2020) a perpetuação de diferentes formas de violência contra a mulher política traz à tona a preservação do campo político como uma reserva masculina. Quer dizer, mesmo rompendo com os paradigmas, muitas vezes a voz da mulher acaba sendo silenciada pelas violências presentes na sua atuação enquanto parlamentar.

Destaca-se como um dos casos mais recentes o ocorrido pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no dia 27 de maio de 2025, pois ilustra parte do que ocorre com mulheres e líderes quando proferem falas públicas em ambientes políticos com a presença marcada pelas assimetrias, silenciamentos e insistentes exclusões. A fala exposta pela ministra seria sobre a exploração de petróleo em margem equatorial, mas foi interrompida. Vários senadores, como Plínio Valério e o presidente da comissão mostraram comportamentos e proferiram falas violentas e desrespeitosas como 'coloque-se no seu lugar' e 'eu respeito você como mulher, não como ministra', são falas que insinuem que naquele contexto, existia uma desconsideração pelo fato de ela estar no cargo de ministra, representante do governo e uma mulher em situação de poder.

Além do que fica explícito em termos de barreiras destinadas ao acesso e de difusão de informação por parlamentares mulheres, deve-se questionar se há uma escalada dos níveis de violência contra essas mulheres, isto é, parece haver um procedimento padronizado em que, em primeiro lugar, busca-se mostrar que as informações advindas delas não podem ser proferidas, explicando o ato de cortar o acesso ao microfone. Depois, em termos de escalada de violência, parte-se para agressões contra a parlamentar, declarando que ela não pode ser respeitada e que não apresenta condições profissionais de atuar no campo político. Por fim, como último recurso, sua vida é ameaçada. Esses níveis de violência observados nos recortes também sugerem que, a depender do posto ocupado pela parlamentar ou política, poderão ser adotadas algumas barreiras públicas contra ela, como corte de microfone, mas de maneira menos provável, receberá ameaças de assassinato como no caso de Maria Silva, supõe-se por se tratar de uma ministra. Outras práticas, como assassinatos de representantes políticas,

ocorreriam sem a participação pública e explícita dos interessados pelo silenciamento, ficando subentendido os motivos para tal violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O silenciamento é uma prática direta, desrespeitosa e violenta direcionada e praticada contra as representantes eleitas para cargos públicos em posições de poder. Seu significado central é promover a incapacidade de proferir e difundir informações advindas das parlamentares e políticas mulheres. As notícias identificadas e analisadas se centram na aplicação do silenciamento, mas não mostram diretamente práticas de impedimento de acesso à informação. A aproximação a isso é o impedimento para exercer o cargo de parlamentar ou representante política, o que incluiria ações inerentes de acesso à informação cotidiana realizadas por essas mulheres. A ausência de notícias sobre isso pode indicar que a atenção sobre as barreiras de acesso e o silenciamento são tratados de maneira desigual pela mídia e pelo interesse da população. As barreiras de acesso, que tomam a forma de exclusão de fluxos de informação e incentivo ao afastamento do exercício do cargo pela representante política, provavelmente são consideradas como algo natural para o contexto de trabalho das mulheres em determinadas sociedades, como a brasileira e, por isso, não se destacariam ou seriam percebidas como relevantes para a sociedade, explicando o motivo de não se tornarem notícia. Nesse caso, há tolerância com relação a alguns tipos de violência e de barreiras impostas, de preferência as que coincidem com práticas comuns e desrespeitosas aplicadas e aceitas pela sociedade. Ideia reforçada pelo fato de que a violência é amplamente praticada contra as representantes políticas, com pouca ou nenhuma forma de punição contra seus agressores, em geral representantes políticos homens.

Esse contexto de atuação, repleto de obstáculos de acesso e de participação das mulheres políticas no fluxo de informação e de comunicação não é composto apenas pela cultura das organizações e da esfera política. A cultura nacional, a valorização de padrões misóginos e sexistas da sociedade se somam e encontram representação e condições para existir nesse am-

biente político. O que elas enfrentam em termos de violência na sociedade, também enfrentam em sua atuação política. A violência e as barreiras são claras e o silenciamento inclui assassinato como uma reprodução do que a sociedade impõe sobre as mulheres, ainda que em cargos eletivos.

REFERÊNCIAS

- APENAS cinco mulheres se tornaram presidentes nas eleições deste ano no mundo. **Nações Unidas**, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/12/1842616>. Acesso em: 10 abr. 2025
- ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdades de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 36-61, abr./jun. 2016.
- BARBOZA, Elder Lopes.; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação nas discussões sobre os fluxos informacionais. **Informação em pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016. 229 p.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. 227p.
- DEMOCRACIA inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras 2021. **Oxfam Brasil**, São Paulo, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/democracia-inacabada/>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Anayeli. Cometen violencia política de género contra magistrada en SLP. **Cimacnoticias.com.mx**, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://cimacnoticias.com.mx/2016/03/31/cometen-violencia-politica-de-genero-contra-magistrada-en-slp/>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 220 p.
- INOMATA, Danielly Oliveira; VARVAKIS, Gregório. **Fluxos de informação no desenvolvimento de produtos biotecnológicos**. Curitiba: Appris, 2016. 297 p.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU-Parline). **Monthly ranking of women in national parliaments**, c2025. Disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking/?date_month=1&date_year=2025. Acesso em: 07 abr. 2025.
- JAMON, Lori J. **Cracking the glass ceiling: a phenomenological study of women administrators in higher education**. 2014. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Iowa State University, Iowa, 2014.

JESUS, Luís Carlos Batista de. O profissional da informação e a barreira linguística. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 72-83, jan./jun. 2015.

JUANA Quispe, el asesinato que mostró lo mas oscuro del acoso político. **El País**, 7 jan. 2024. Disponível em: https://elpais.bo/reportajes/20240107_juana-quispe-el-asesinato-que-mostro-lo-mas-oscuro-del-acoso-politico.html. Acesso em: 12 jun. 2025.

LORRAN, Tácio. Vereadora tem microfone arrancado por colega: veja vídeo. **Metrópoles**, 8 out. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/vereadora-tem-microfone-arrancado-por-colega-veja-video>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MALDONADO, Issa. TEPJF ordena restituir a alcaldesa de Chenalhó. **Grupo Milenio**, Tuxtla Gutiérrez, 18 ago. 2016. Disponível em: <https://www.milenio.com/estados/tepjf-ordena-restituir-a-alcaldesa-de-chenalho>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MARTELOTTE, Lucía. 25 anos de aplicação de leis de cotas na América Latina: um balanço da participação política de mulheres. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 91-98, 2016.

MARZULLO, Luísa; NOIA, Julia. Mulheres sofrem, em média quatro interrupções por sessão nas CPIs do MST e 8 de janeiro. **O Globo**, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/mulheres-sofrem-em-media-quatro-interrupcoes-por-sessao-nas-cpis-do-mst-e-8-de-janeiro.ghhtml>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MATOS, Marlise. Mulheres e violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência: debates trajetórias**. Campinas: UNICAMP, 2020. p. 71-108.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-108.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49, jun. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MULHERES são excluídas na CPI da covid-19 e brigam por participação. **Claudia**, 5 maio. 2021. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/cpi-covid-mulheres/>. Acesso em: 12 de jun. 2025.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; MORO-CABERO, Maria Manuela; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Mediação da informação em ambientes empresariais com enfoque nos fluxos de informações. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO, 2., 2015, Marília. **Anais eletrônicos [...]**. Marília: Unesp, 2015. Disponível em: <https://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIPIPI/IIPIPI/paper/viewFile/6/30>. Acesso em: 10 maio 2025.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

OBSERVATÓRIO DE PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LAS MUJERES; INSTITUTO NACIONAL ELECTORAL. **Violentómetro**: conductas que podrían configurar violencia política em razón de género. 2015. Disponível em: <https://igualdad.ine.mx/mujeres-en-la-politica/violencia-politica/violentometro/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

PAES, Bárbara. **Acesso à informação e direitos das mulheres**. São Paulo: Artigo 19, 2016.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

RODRIGUES, Galtieri. Vídeo: vereadora tem microfone cortado ao defender mulher na política. **Metrópoles**, 3 fev. 2022. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/brasil/video-vereadora-tem-microfone-cortado-ao-defender-mulher-na-politica>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência**: debates trajetórias. Campinas: UNICAMP, 2020. p. 71-108.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. A (sub)representação feminina nas eleições de 2016. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 59-76, jan./jun. 2017.

SANTARÉM, Vinícius; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Gestão da informação, fluxos informacionais e memória organizacional como elementos da inteligência competitiva. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 5, n. especial, p. 158-170, jan. 2016.

SANTOS, S. K. da S. de L. *et al.* Surdos e acesso à informação: antes, durante e após a pandemia da covid-19. **Holos**, ano 37, v. 3, 10829, p. 1-13, 2021.

SCHROEDER, Lucas; BEHNKE, Emily. Marina Silva deixa sessão após senador dizer que ela não merece respeito. **CNN Brasil**, São Paulo; Brasília, 27 maio 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/marina-silva-bate-boca-com-senadores-e-abandona-sessao/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SILVA, Amanda Soares Figueira *et al.* A invisibilidade da mulher surda: a informação enquanto privilégio. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, 1., 2017, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, NUEDIS, 2017. p. 347-364.

SILVA, Manuel Carlos; JORGE, Ana Reis; QUEIROZ, Aleksandra. Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas. **Configurações**: Revista Ciências Sociais, n. 9, p. 135-159, 2012.

STAREC, Claudio. A dinâmica da informação: a gestão estratégica da informação para a tomada de decisão nas organizações. *In: STAREC, Claudio et al. (org.) Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 47-64.

THE CENTER CARTER; IRISH AID. **Las mujeres y el derecho de acceso a la información en Guatemala**. [2015] Disponível em: <https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/ati/guatemala-ATI.sp.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

THESING, Gabi. Here are 4 parliaments that have more women than men. **World Economic Forum**, 17 Feb. 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2023/02/parliaments-with-more-women-than-men>. Acesso em: 4 abr. 2025.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 282 p.

WOIDA, Luana Maia. Análise de conteúdo aplicada à pesquisa sobre cultura informacional. *In: VALENTIM, M. L. P (org.). Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 83-102.

WOIDA, Luana Maia; OLIVEIRA, Beatriz Benedito de. O fenômeno glass ceiling e o acesso à informação: estudo sobre as barreiras invisíveis impostas às mulheres no trabalho. **Complexitas: Revista de Filosofia Temática**, v. 3, n. 1, p. 61-75, 2018.

YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero. **A competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório**: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP). 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.